

**Educação escolar em comunidades quilombolas no Vale do Rio Guaporé: uma análise a partir do Referencial Curricular de Rondônia, Brasil**

**School education in quilombola communities in the Guaporé River Valley: an analysis from the Curricular Reference of Rondônia, Brazil**

**Educación escolar en comunidades de quilombola en el Valle del Río Guaporé: un análisis de la Referencia Curricular de Rondônia, Brasil**

Recebido: 24/05/2020 | Revisado: 24/05/2020 | Aceito: 27/05/2020 | Publicado: 12/06/2020

**Roger dos Santos Lima**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8607-104X>

Faculdade de Educação e Meio Ambiente, Brasil

E-mail: roger.sntm@gmail.com

**Anna Cassia Souza da Silva**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9431-0656>

Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Amazonas, Brasil

E-mail: annacassia04@gmail.com

**Marinez de Paula Vedramel Fernandes**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3190-6908>

Prefeitura Municipal de Ariquemes, Brasil

E-mail: marinez.paula@gmail.com

**Elisângela da Silva Almeida**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8463-0277>

Câmara Municipal de Rio Crespo, Brasil

E-mail: elis\_almeida2@hotmail.com

**Resumo**

A pesquisa objetivou analisar os principais desdobramentos empreendidos no referencial curricular de Rondônia, acerca das comunidades remanescentes de quilombolas. Para se chegar ao objetivo, foi realizada uma revisão de literatura, direcionada em autores como: Acosta-Leyva, Farias Jr, Fotopoulos e, Teixeira, dentre outros. Após os estudos bibliográficos, inferiu-se que, a educação escolar em comunidades quilombolas, suscita de

modo diferente da educação pública formal, isto em virtude da questão “espaço temporal”, no qual cada comunidade possui sua própria educação, culminando com os aspectos culturais, saberes peculiares, experiências de vida, tradições, costumes, crenças e, a relação na qual mantem com a natureza. Portanto, a diversidade cultural destas comunidades são formas de aprendizagem, ou seja, qualifica o seu espaço (território e territorialidade) como sendo, um ambiente educativo, na perspectiva de fortalecimento da memória indenitária cultural.

**Palavras-chave:** Comunidades tradicionais; Educação no campo; Povos escravizados; Remanescentes de quilombos; Ensino.

### **Abstract**

The research objector analyze the main developments undertaken in the referencial curricular of Rondônia, about the remaining communitiess of quilombolas. To reach the goal, a literature review was conducted, directed at authors such as: Acosta-Leyva, Farias Jr, Fotopoulos, Teixeira, among others. After the bibliographic studies, it was inferred -se quethat, school education in quilombola communities, raises differently from formal public education, this due to the question “temporal space”, in which each community has its own education, culminating with cultural aspects, peculiar knowledge, life experiences, traditions, customs, beliefs and, the relationship in which they maintain with nature. Therefore, the cultural diversity of these communities are forms of learning, that is, it qualifies their space (territory and territoriality) as being, an educational environment, in the perspective of strengthening the cultural indenitary memory.

**Keywords:** Traditional communities; Education in the field; Enslaved peoples; Remnants of quilombos; Teaching.

### **Resumen**

El objeto de investigación analiza los principales acontecimientos realizados en el referencial curricular de Rondônia, sobre las comunidades restantes de quilombolas. Para alcanzar la meta, se llevó a cabo una revisión de literatura, dirigida a autores como: Acosta-Leyva, Farias Jr, Fotopoulos, Teixeira, entre otros. Después de los estudios bibliográficos, se dedujo que, la educación escolar en las comunidades de quilombolas, se eleva de manera diferente a la educación pública formal, esto debido a la pregunta “espacio temporal”, en el que cada comunidad tiene su propia educación, culminando con aspectos culturales, conocimientos peculiares, experiencias de vida, tradiciones, costumbres, creencias y, la relación en la que mantienen con la naturaleza. Por lo tanto, la diversidad cultural de estas comunidades son

formas de aprendizagem, es decir, califica su espacio (territorio y territorialidad) como ser, un entorno educativo, en la perspectiva de fortalecer la memoria cultural indeniante.

**Palabras clave:** Comunidades tradicionales; Educación en el campo; Pueblos esclavizados; Restos de quilombos; Enseñanza.

## 1. Introdução

O histórico dos quilombos, da região do Vale do Rio Guaporé, estado de Rondônia, foi constituído pela resistência dos negros escravos fugidos, que trabalharam na construção do Forte Príncipe da Beira (1776-1783) (Teixeira, 2004). No estudo realizado por Farias Jr (2011) foi identificado diversos relatos de fugas de escravos negros pelo interior das matas e, vários quilombos içados por estes escravos fugidos. Não obstante, a fuga não era a única estratégia de resistências dos escravos.

No Vale do Rio Guaporé, o negro era a principal força de trabalho para a produção econômica. “Como forma de resistência esses povos escravizados criaram os Quilombos, símbolo de luta social e cultural contra a escravidão, e contra a opressão dos brancos, estimulando os negros a definirem para além de suas diferenças, espaços de solidariedade, e de liberdade étnica.” (Fotopoulos, 2014, p. 3). Os quilombos representavam/representam o modelo de libertação do domínio do “homem branco”.

A fuga dos escravos negros, concomitante com a formação dos quilombos, preocupava os interesses do Governo Colonial, por representar a decadência das minas de ouro, e diamante no Vale do Rio Guaporé (Teixeira, 2004 & Cruz, 2012). Com o esgotamento dessas riquezas e, em virtude das doenças tropicais da Amazônia, os “senhores de escravos” deixaram a “escravaria” à própria sorte, fazendo com que, os ex-escravos, ocupassem de fato a região (Farias Jr, 2011; Fotopoulos, 2014). Os mesmos constituíram famílias, fizeram e ainda fazem parte da história da região. Essas povoações negras, atualmente são autodefinidas como, “Comunidades Remanescentes de Quilombolas”.

Embora o conceito quilombo exista há séculos, o seu reconhecimento só veio a existir a partir da segunda metade do século XX, com as discussões acerca da diversidade étnica brasileira. “Por mais de um século considerou-se o quilombo, como parte do período colonial, criando-se uma ideia de que essas lutas findaram após a abolição.” (Carril, 2017, p. 544). No entanto, as lutas, dos quilombolas ainda perduram, seja por ampliações dos seus direitos, seja pelo reconhecimento étnico, ou por melhorias na saúde, segurança, educação e outros.

Contudo, o direito e reconhecimento das comunidades quilombolas só veio a vigorar, a partir das reivindicações de diversos movimentos sociais, que exigiam o reconhecimento jurídico das terras de quilombos, isso, resultou no art. 68 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assim descreve: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecido sua propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988). Além disso, foi incluído nos artigos 215 e 216 §5º o reconhecimento dos direitos culturais, incentivo e apoio a valorização da cultura, bem como, a organização de um patrimônio cultural, onde toda documentação referente à história dos diversos grupos culturais brasileiros fossem armazenadas (Brasil, 1988).

Com efeito, com a publicação do Decreto nº. 4.887, em 20 de novembro de 2003, teve como objetivo, regulamentar o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras de quilombolas (Brasil, 2003). Essa legislação prediz a trajetória histórica, a relação com a terra e, a ancestralidade negra quilombola (*Ibid*, 2003). Ficou responsável pela titulação dessas comunidades a Fundação Cultural Palmares.

O diferencial do Decreto nº. 4.887/03 para a Constituição de 1988 é de que, a própria “comunidade” quem define sua identidade, a partir da sua organização social, pelo modo de vida dos que ali residem, pelas características de uso dos recursos naturais, e por fim, dos laços de ancestralidade que tradicionalmente estabeleceram e/ou estabelecem com os antigos.

As terras de comunidades quilombolas estão distribuídas em quase todos os Estados do Brasil, com exceção do Acre, Roraima e do Distrito Federal. Segundo o documento da Fundação Cultural Palmares no Brasil, atualmente, possui 3.212 comunidades quilombolas, destas 83,59% encontram-se certificadas (Brasil, 2018). A certificação de “Auto definição” é uma forma de reconhecimento de que os atuais quilombolas e, a área na qual se localizam possuem relação com os antigos quilombos (Teixeira, 2004). Sendo assim, a titulação das comunidades quilombolas representa um ato de reparação histórica, possibilitando a dignidade e garantindo da continuidade desses grupos étnicos.

Ainda segundo o documento da Fundação Cultural Palmares, em Rondônia, existem nove comunidades quilombolas, a saber: Santa Fé, Forte Príncipe da Beira, Santo Antônio do Guaporé, Pedras Negras, Laranjeiras, Santa Cruz, Rolim de Moura do Guaporé, Jesus e, a comunidade de Tatumá. Dessas comunidades, apenas seis possuem escolas em seus territórios (Rondônia, 2014), ou seja, para estudar, os estudantes precisam deslocar-se até à cidade mais próxima.

De acordo com o levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Brasil, 2017), até 2016 no Brasil existia um total de 2.369 de escolas de educação básica em áreas de remanescente de quilombola. Essas escolas, em sua maioria, estão localizadas em áreas rurais, e concentradas principalmente na região Nordeste, acompanhando a porcentagem de comunidades reconhecidas (certificadas).

Os desafios da Educação Escolar Quilombolas no Brasil são diversos, em que um dos avanços que surgiram na perspectiva de sanar essas lacunas, foi com a aprovação da resolução nº. 08 de 20 de novembro de 2012, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Nela é descrito que a educação quilombola deve fazer parte do currículo educacional, levando em consideração as especificidades das comunidades quilombolas, bem como, a história, cultura, relações sociais, política, economia e identidade (Brasil, 2012).

Como se pode constatar, a política pública excerto anterior, representa um significativo avanço na história da educação brasileira, uma vez que insere as comunidades quilombolas na sociedade, e conseqüentemente, no sistema de ensino.

Diante desse contexto, problematizou-se nesse estudo: Quais os principais desdobramentos empreendidos no referencial curricular de Rondônia, acerca das comunidades remanescentes de quilombolas? Seguindo para o objetivo de: Analisar os principais desdobramentos empreendidos no referencial curricular de Rondônia, acerca das comunidades remanescentes de quilombola. Nesse sentido, a investigação foi subdividida em três perspectivas: identificar as comunidades de remanescentes quilombolas de Rondônia; contextualizar sobre a história e cultura dessas comunidades, e por fim, descrever os aspectos educacionais das mesmas.

A pesquisa foi de cunho bibliográfico, seguindo os pressupostos indicados por autores como é o caso de Luna (2011), e outros teóricos como se destacam: Acosta-Leyva (2012), Carril, 2017 Farias Jr (2011), Fotopoulos (2014), Teixeira (2004) e outros, no que tange a essa proposta de pesquisa. Além de fontes oficiais, como a Fundação Cultural Palmares, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Secretaria Estadual de Educação.

Com efeito, a investigação se justifica, pelos poucos estudos sobre a Educação Escolar Quilombola do Vale do Rio Guaporé em Rondônia, o que possibilitou analisar um cenário pouco explorado. Enriquecendo assim, a discussão sobre os aspectos educacionais das comunidades quilombolas de Rondônia.

## 2. Metodologia

A presente pesquisa é de cunho bibliográfico, ou seja, de revisão de literatura. Segundo Luna (2011, p. 85) “[...] uma revisão de literatura é uma peça importante no trabalho científico, e pode por ela mesma, constituir um trabalho de pesquisa [...]”. Nesse sentido, a revisão de literatura constitui-se, em teorizar a natureza de um determinado assunto. Além de relacionar as novas descobertas realizadas durante a investigação, com o que já existe na literatura (Lüdke & André, 2017). Este estudo é de natureza qualitativa com pouco aspecto quantitativo como afirmam Pereira et al. (2018) em termos metodológicos.

Com base na revisão de literatura, foi realizado um quadro teórico. Com o mapeamento foi registrado um significativo número de pesquisas e estudos de pesquisadores sobre as comunidades quilombolas do Vale do Rio Guaporé, e que poucos delineiam sobre a educação ou áreas correlatas. A Tabela 1 apresenta os autores que foram fundamentais para a redação do estudo.

**Tabela 1.** Autores selecionados para o estudo teórico.

Ano	Autor(res)	Título	Fonte
2004	Marco Antônio Domingues Teixeira	Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade	Universidade Federal do Pará
2011	Emmanuel de Almeida Farias Júnior	Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas	Ruris
2012	Teresa Almeida Cruz	Os modos de vida das comunidades quilombolas do vale do Guaporé	Mosaico da cultura brasileira
2013	Pedro Acosta-Leyva,	Educação nos quilombos amazônicos na perspectiva das fontes originais da educação em América Latina	Protestantismo em Revista
2014	Hugo Athanasios Fotopoulos	As Políticas Públicas de Desenvolvimento e as Populações Tradicionais dos Remanescentes Quilombolas do Guaporé	Africanias.com
2017	Lourdes de Fátima Bezerra Carril	Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto	Revista Brasileira de Educação

Fonte: Elaborado pelos autores/2020.

Com efeito, é cabível salientar, que com essa revisão de literatura, não se tentou criar uma nova sistematização para o tema em pauta, mas optou-se, contudo, numa síntese que forneça uma orientação suficiente para interpretar o referencial curricular de Rondônia.

### 3. Resultados e Discussão

As informações sobre as comunidades quilombolas do Vale do Rio Guaporé, destacaram um total de oito comunidades, com certidões de auto reconhecimento expedidas e uma em processo de análise. Entretanto, esse dado não significa que possa haver outras comunidades quilombolas que habitam a região do Vale do Rio Guaporé. Na Tabela 2 publicada pela FCP é possível analisar algumas informações sobre as comunidades quilombolas.

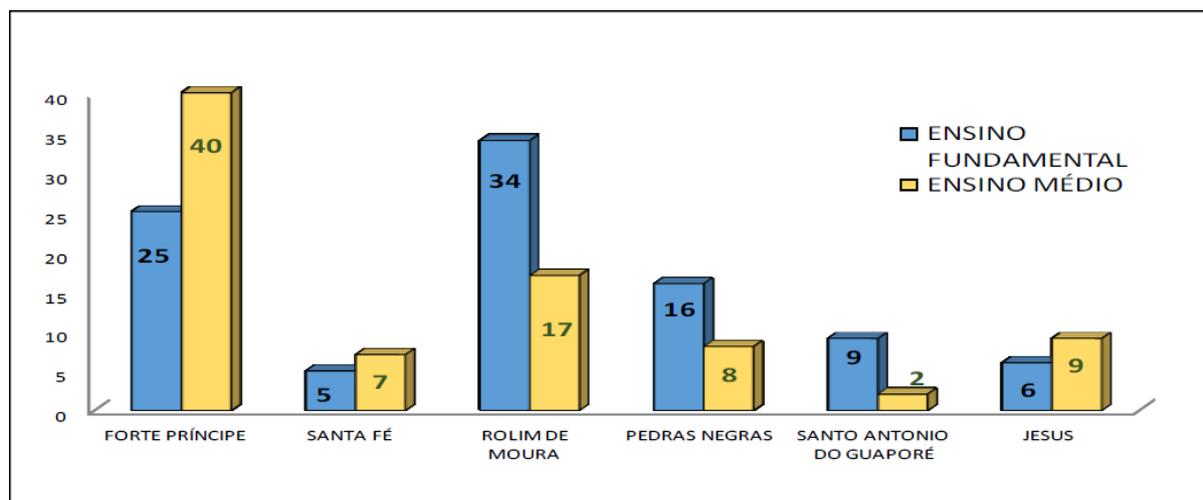
**Tabela 2.** Comunidades Quilombolas do Vale do Rio Guaporé, Rondônia, Brasil.

Município	Denominação da Comunidade	Data da certificação
São Francisco do Guaporé	Santo Antônio do Guaporé	04/06/2004
São Francisco do Guaporé	Pedras Negras	19/08/2005
Costa Marques	Forte Príncipe da Beira	19/08/2005
Alta Floresta D'Oeste	Rolim de Moura do Guaporé	20/01/2006
Pimenteiras do Oeste	Laranjeiras	20/01/2006
São Miguel do Guaporé	Jesus	28/07/2006
Costa Marques	Santa Fé	07/02/2007
Pimenteiras do Oeste	Santa Cruz	03/12/2015
Alta Floresta D'Oeste	Tarumá	

Fonte: Fundação Cultural Palmares (Brasil, 2018).

No que se refere à oferta de Ensino Fundamental e Médio nas comunidades supracitadas na Tabela 2, segundo o Plano Estadual de Educação, no ano de 2014 a SEDUC atendia um total de 161 alunos, sendo 95 de Ensino Fundamental e 66 de Ensino Médio (Rondônia, 2014). Entretanto, como demonstra a Figura 1, nem todas as comunidades eram atendidas pela SEDUC.

**Figura 1.** Matrículas, Ensino Fundamenta e Médio, em comunidades quilombolas do Vale do Rio Guaporé, Rondônia, Brasil.



Fonte: (Rondônia, 2014).

De acordo com a Figura 1, a oferta só ocorria nas comunidades de Santo Antônio do Guaporé, Pedras Negras, Forte Príncipe da Beira, Rolim de Moura do Guaporé, Jesus e Santa Fé. Das demais comunidades (Laranjeiras, Santa Cruz e Tarumá) em nenhuma fonte, identificou-se a existência de escolas em seus territórios.

Não obstante, o gráfico ainda apresenta os índices de matrículas do Ensino Fundamental e Médio de cada comunidade. Como se pode verificar, a comunidade de Rolim de Moura era a que possuía o maior índice de estudantes matriculados no Ensino Fundamental, seguida de Forte Príncipe da Beira e Pedras Negras.

Já no que se refere ao Ensino Médio, Forte Príncipe da Beira lidera, seguido de Rolim de Moura e, a comunidade de Jesus. “O atendimento educacional a essas Comunidades é realizado [...] na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com cursos Telensino e Modular, e Exames Gerais.” (Rondônia, 2012, p. 317).

O Referencial Curricular de Rondônia, em consonância com o que estabelece a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394/96, concebem a educação como direito de todos. Além disso, o Referencial Curricular submete-se a garantir oportunidade, respeito e atenção educacional às demandas específicas de estudantes de diversos segmentos sociais, inclusive as populações de comunidades quilombolas (Rondônia, 2012). Sendo assim, o “Estado” não está garantindo educação a todos. Até porque, segundo o IV do § 1º do Art. 1º a Educação Escolar Quilombola:

[...] deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas (Brasil, 2012, p. 3).

Estas comunidades apresentam-se como segmentos particulares, possuindo cultura, saberes e práticas sociais distintas de outras organizações, e que nesse sentido, a educação exercida nesses *locus* carece em atender, tais especialidades. Este tipo de educação “[...] deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção, de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade” (*Ibid*, 2012, p. 03). Portanto, a Educação Escolar Quilombola constitui-se na incorporação da filosofia da comunidade, considerando suas raízes e ancestralidade.

Não obstante, a educação quilombola, pode ser caracterizada também, pela defesa política e ideológica, por parte das crianças, quando por parte dos adultos, isso faz com que, os sujeitos dessas comunidades munem-se de consciência crítica acerca do contexto social, onde estão inseridos (Carril, 2017), ou seja, o processo educativo também é um processo político e de sobrevivência para esses sujeitos.

Corroborando, o Referencial Curricular de Rondônia, destaca para essa modalidade de ensino “[...] a revitalização da história e da cultura de cada comunidade, comparando-as com a cultura contemporânea e seus atuais impactos socioambientais, especialmente os causados por modelos produtivos.” (Rondônia, 2012, p. 329). Dessa forma, os povos tradicionais (comunidades quilombolas) fortificam o caráter cerimonial que possuem com o ecossistema, por meio da educação.

O contexto no qual o indivíduo está inserido é um dos principais objetos para perpetrar a educação. No estudo realizado por Acosta-Leyva, (2012, p. 44), na comunidade quilombola de Santo Antônio do Guaporé a educação “[...] não é uma atividade exclusivamente teórica. Preserva-se e se sobrevive na comunidade no exercício do trabalho de preservação.” (Acosta-Leyva, 2012, p. 44), ou seja, o contato com a natureza possibilita o desenvolvimento da educação escolar (não formal), ao mesmo tempo a preservação ambiental e a propagação da cultura indenitária da comunidade.

Segundo *Ibid* (2012), a preservação ambiental é uma das principais prerrogativas da comunidade de Santo Antônio do Guaporé. Essa comunidade preocupa-se com a sua sobrevivência e ao mesmo tempo, com o meio ambiente, prestando serviços de proteção ambiental e responsabilidade social, com o projeto de preservação de quelônios (tracajás e

tartarugas), nas praias do rio Guaporé, por meio da Associação Comunitária Quilombola Ecológico do Vale do Rio Guaporé (ECOVALE) (Acosta-Leyva, 2012). Estes indivíduos trazem em seu bojo a manutenção e uma nova proposta de educação para as comunidades da região.

A oferta da educação em comunidades quilombolas no Vale do Rio Guaporé, é um grande desafio. Esse fato pode ser constatado na pesquisa realizada por *Ibid* (2012), em que o mesmo detectou algumas precariedades na escola da comunidade de Santo Antônio do Guaporé, a saber: má estrutura física; ausência de recursos pedagógicos adequados a realidades da comunidade e, a falta de incentivo de formação continuada para as professoras e professores.

Com efeito, Carril (2017) lembra que a educação e o acesso à escolarização são direitos de todos e, acrescenta que, desde a escravidão, ela é ponto central para o alcance da emancipação entre os afro-brasileiros. Nesse sentido, a educação deve ser pensada, a partir da construção de reconhecimento dos sujeitos que foram protagonistas nos territórios quilombolas, na perspectiva de ações que articulem o auto reconhecimento e, a emancipação dessas comunidades.

Dentre as metas e estratégias estabelecidas no Plano Estadual de Educação para as comunidades quilombolas, destaca-se: a garantia, a partir de 2016 de educação infantil à essas comunidades; limitação da nucleação, garantindo educação escolar em seus locais de origem; implementação de leis para o transporte escolar (terrestre e fluvial); aquisição e desenvolvimento de tecnologias pedagógicas de qualidade; garantia a oferta do ensino fundamental e médio; garantia de recursos financeiros para inovação de práticas pedagógicas nos sistemas de ensino; expansão das matrículas; implementação e estruturação de salas de recursos multifuncionais; fomento da formação continuada de professoras e professores, entre outros (Rondônia, 2014).

Muito das comunidades quilombolas do Vale do Rio Guaporé, estão desassistidas pelo Estado, fazendo com que as mesmas, estabeleçam suas próprias condições de sobrevivência, seja de segurança, saúde e educação. Nesse sentido, existe a necessidade de reforçar a identidade cultural desses povos.

Até por que, os quilombos do Vale do Rio Guaporé em Rondônia, “[...] são uma das sinfonias mais sublimes do planeta Terra.”, (Acosta-Leyva 2012, p. 42). Uma espécie de “paraíso encantado”, onde as aves cantam aos ouvidos, onde o “banzeiro” do rio anunciam a chegada dos novos viajantes.

#### 4. Considerações Finais

A educação escolar em comunidades de remanescentes quilombolas é entendida como um grande mosaico de práticas educativas, formais e não formais as quais são oriundas de diversos atores sociais (ancião, família, escola, entre outros/as). Em vista disso, o objetivo do estudo foi: Analisar os principais desdobramentos empreendidos no Referencial Curricular de Rondônia acerca das comunidades remanescente de quilombola.

Nesse sentido, foi evidenciado que a Educação Escolar Quilombola, deve partir da troca da educação formal com os fazeres e saberes quilombola (crenças, mitos, símbolos, ancestralidade e outros). Fazendo com que a experiência da diversidade étnica e cultural, sirva de contrapartida da educação. Assim, professoras e professores de escolas quilombolas tem a possibilidade buscar e incorporar novas fontes de sabedoria, não presentes na educação formal. Atribuindo valor ético e político ao processo educacional quilombola para modificar, não somente o currículo escolar, mas também a cultura escolar.

Por fim, as Diretrizes Curriculares Nacionais e, o Referencial Curricular de Rondônia, propõe pensar a Educação Escolar Quilombola com base nos contextos da territorialidade, etnicidade e da ancestralidade. Com isso, é possível a construção de metodologias que propiciem novas aprendizagens aos estudantes, tendo como pano de fundo os elementos referentes às realidades locais das comunidades.

#### Referências

Acosta-Leyva P (2012). Educação nos quilombos amazônicos na perspectiva das fontes originais da educação em América Latina. *Protestantismo em Revista*, 27, 36-46. Recuperado em 25 maio, 2020 de <http://dx.doi.org/10.22351/nepp.v27i0.319>.

Brasil (2012). Conselho Nacional de Educação (CNE), Câmara de Educação Básica (CEB). Resolução nº 8, de 20 de Novembro de 2012. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. Brasília, DF: MEC/CNE/CEB.

Brasil (2017). Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica de 2016*. Brasília: MEC/INEP.

Brasil (2003). Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília*, Brasília, DF: Presidência da República.

Brasil (2018). Ministério da Cultura. *Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos* (CRQs) atualizada até a portaria nº 316/2018, publicada no DOU de 23/11/2018. Fundação Cultural Palmares. Recuperado em 25 maio, 2020 de <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/COMUNIDADES-CERTIFICADAS-04-12-2018.pdf>.

Brasil (1988). *Constituição*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.

Carril LFB (2017). Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. *Revista Brasileira de Educação*, 22(69), 539-64. Recuperado em 25 maio, 2020 de <https://doi.org/10.1590/s1413-24782017226927>.

Cruz TA (2012). Os modos de vida das comunidades quilombolas do vale do Guaporé. In: Nascimento, L., & Lobo, A. M. F. (Orgs.). *Mosaico da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Letra Capital. 208-33.

Farias Jr EA (2011). Negros do Guaporé: o sistema escravista e as territorialidades específicas. *Ruris*, 5(2). 85-116. Recuperado em 25 maio, 2020 de <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1467>.

Fotopoulos HA (2014). As Políticas Públicas de Desenvolvimento e as Populações Tradicionais dos Remanescentes Quilombolas do Guaporé. *Africanias.com*, 5, 1-12. Recuperado em 25 maio, 2020 de [http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n\\_5\\_2014/hugo\\_a\\_fotopoulos.pdf](http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_5_2014/hugo_a_fotopoulos.pdf).

Ludke M & André MEDA (2017). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2.ed. São Paulo: EPU.

Luna SV. (2011). *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. 2.ed. São Paulo: EDUC.

Rondônia (2012). *Referencial Curricular de Rondônia: Ensino Fundamental*. Porto Velho: SEDUC.

Rondônia (2014). *Plano Estadual de Educação – PEE/RO: 2014 a 2024*. Porto Velho: SEDUC.

Teixeira MAD (2004). *Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade*. 2004. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Roger dos Santos Lima – 45%

Anna Cassia Souza da Silva – 25%

Marinez de Paula Vendramel Fernandes – 20%

Elisângela da Silva Almeida – 10%